

PLANO DE AÇÃO

Combate à Criminalidade Violenta

Este Plano de Ação é o instrumento central de planejamento para definir a implantação do eixo de financiamento da Portaria nº 790, de 24 de outubro de 2019, e da Portaria nº 793, de 24 de outubro de 2019, que deverá nortear o interesse do estado nas especificidades das regiões selecionadas. Ressalta-se a necessidade de trabalhar o planejamento, orçamento, iniciativas e atividades de forma que reflita a situação atual, deixando claro as intenções, projeções e estimativas de atuação do estado, em concordância com o objetivo macro das Portarias em epígrafe.

Título do Programa	Combate a Criminalidade Violenta No Estado do Piauí.
---------------------------	---

Dados do Fundo Estadual de Segurança Pública	Ente Federativo	Estado do Piauí
	Lei de Criação do Fundo Estadual	Lei Estadual 7.156 de 2 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí em 26 de novembro de 2018 página 02.
	CNPJ	32.925.161/0001-82

Dados do responsável pelo Fundo Estadual de Segurança Pública	Nome	Rubens da Silva Pereira
	Cargo	Secretário Estadual de Segurança Pública
	CPF	641.770.929-91
	Contato: e-mail e telefone	86 9946-32236

Dados do responsável pela Gestão do Fundo Estadual de Segurança Pública	Nome	Rubens da Silva Pereira
	Cargo	Secretário Estadual de Segurança Pública
	CPF	641.770.929-91
	Contato: e-mail e telefone	86 9946-32236

Justificativa	Análise do Problema
	A criminalidade violenta é uma realidade nacional. Entretanto, segundo Betânia Totino Peixoto e <i>et al.</i> ¹ , cabe destacar que o crescimento da criminalidade, observado a partir das estatísticas oficiais, pode estar refletindo uma série de outros fenômenos que não o efetivo aumento da incidência destes crimes específicos. Vale

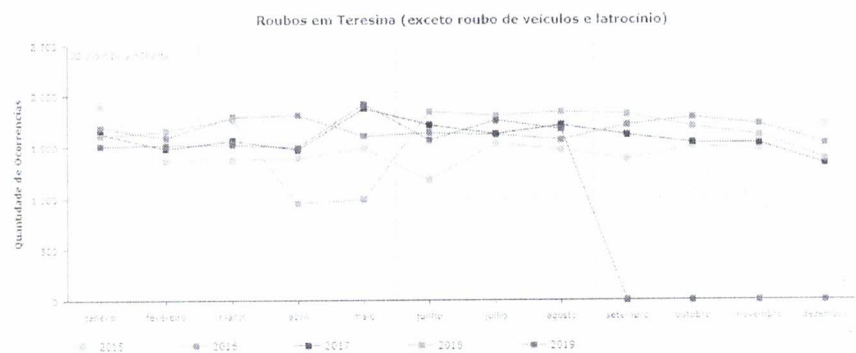
¹ SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 18(1): 13-21, 2004

lembrar que, como fontes de informação, dados estatísticos, em sua maioria produzidos pelo Estado, implicam necessariamente a contextualização dos resultados obtidos, tal como já foi enunciado anteriormente.

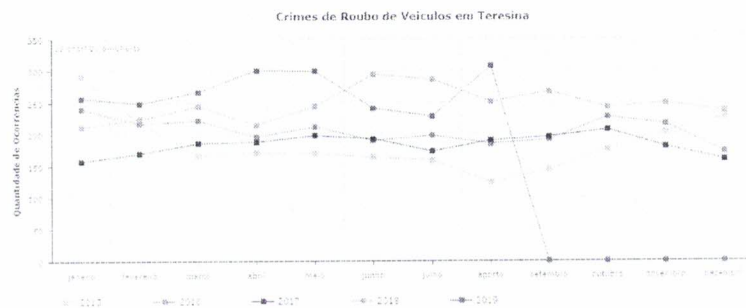
Neste contexto, emerge entre os desafios postos ao desenho de uma política abrangente de segurança pública a dificuldade em se dispor de informações quantitativas e qualitativas de qualidade, passíveis de serem incorporadas como ferramentas de planejamento de políticas públicas.

De forma geral, está ocorrendo uma dinâmica na criminalidade violenta no país, que se tem deslocado do Sudeste para o Nordeste a partir do final da primeira década de 2000. Cerqueira² *et al.* elenca alguns fatores que estejam contribuindo para esse fenômeno: i) as políticas de segurança públicas adotadas pelos estados da região Sudeste, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro; ii) transformações socioeconômicas e demográficas das regiões brasileiras; iii) expansão e reconfiguração do mercado de drogas no país; iv) a migração de criminosos fustigados por políticas mais efetivas contra o crime nos seus estados de origem; e, v) o efeito-aprendizado do crime organizado.

Localmente e, considerando o tipo penal a ser abordado na presente política, Roubo (art. 157 do Código Penal) e a localidade principal da implementação, Teresina/PI, temos o seguinte panorama:



² CERQUEIRA, D. R. C. Causas e consequências do crime no Brasil. 2010, 168f. Tese (Doutorado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.



Observa-se que apesar de uma tendência de queda no ano de 2019 em relação ao 2018, o índice de roubos encontra-se ainda alto relativamente aos anos de 2015 e 2017.

Já relacionado ao crime de roubo de veículos, nota-se uma tendência a alta no ano de 2019 em relação aos anos anteriores.

Considerando portanto que esta categoria de crimes pode evoluir para crimes contra a vida e, ainda, tem o maior volume de ocorrências e crimes conexos a eles, tais como receptação, associação ao tráfico de drogas e traz uma sensação de insegurança à população, sua prevenção pode ser considerada como uma estratégia macro para o arrefecimento da criminalidade local.

Alinhamento com o planejamento de Segurança Pública Estadual

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o Problema seja Alvo de Intervenções

As razões para que o problema seja alvo de intervenções é, de forma macro, o combate ao crime a fim de trazer a paz social necessária para a convivência em comunidade dos municípios.

Impacto da intervenção que está sendo proposta

Os impactos esperados são:

- Redução dos impactos econômicos gerados pela criminalidade violenta;
- Redução do índice de criminalidade violenta e da letalidade;
- Redução dos riscos à vida, a saúde e a liberdade individual das pessoas;
- Melhoria na qualidade de vida das pessoas com a diminuição dos

	<p>riscos a sua integridade e a seu patrimônio.</p> <ul style="list-style-type: none">• Aumento da Credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança;• Aumento da percepção subjetiva de segurança. <p>Locais que serão contemplados</p> <p>Os locais contemplados serão a Capital do Estado do Piauí, Teresina e ainda municípios do interior do Estado, de acordo com a ocorrência sintomática de eventos relacionados a criminalidade violenta.</p>
--	---

<p>Estratégia de Implementação</p>	<p>Considerações Iniciais</p> <p>De arranque esclarecemos que o Programa de Combate a Criminalidade Violenta no Estado do Piauí seguirá uma série de diretrizes vis a modernização da estrutura de segurança do estado em várias vertentes, divididas em subtópicos conforme segue:</p> <p>1 – Continuidade do plano de combate a criminalidade violenta.</p> <p>A primeira tem continuidade das ações no Programa Nacional de Combate a Criminalidade Violenta com as devidas adequações regionais, visando uma alternativa ao modelo repressivo penal atualmente em uso no Brasil. De forma geral, o programa visa o aparelhamento de unidades integradas de policiamento para realizar a repressão qualificada em pontos de alta criminalidade violenta conforme dados estatísticos fornecidos pelo Setor de Estatística da SSP/PI e ainda pela análise da mancha de criminalidade, bem como o aparelhamento das unidades policiais destas mesmas região. A atuação, por tratar-se de uma equipe móvel, pode ser facilmente empregada em vários pontos geográficos da Capital do Estado do Piauí, sendo este o ponto inicial de atuação do presente projeto. A Atuação no interior do Estado também será realizada de forma pontual, com no mínimo 12 incursões em diferente Cidades, a depender da análise dos dados estatístico e a correlação destes com a criminalidade violenta.</p> <p>Das Áreas Selecionadas Para a Política</p> <p>As áreas selecionadas para a política estão representadas pelo mapa de calor de crimes contra o patrimônio de natureza violenta na cidade de Teresina – Piauí, no caso o tipo Roubo (art. 157 do Código Penal), nas cores vermelho e laranja, as quais significam índices de prevalência muito alto e alto respectivamente.</p> <p>Força Tarefa Integrada de Combate à Criminalidade Violenta</p>
---	---

Conforme citado acima, o programa visa criar uma Força Tarefa Policial Integrada de Combate à Criminalidade violenta sendo compostas por viaturas operacionais equipadas com armamento, miras, EPI's e equipamento suficientes para a realização de perícia nos locais de crime e ainda emissão de Termos Circunstanciados de Ocorrência.

6.4 Reestruturação das Unidades de Polícia nas Regiões Foco das Operações e Demais Unidades.

Um segundo aspecto do programa é a reestruturação, por meio de aquisição de EPI,s, armamento, fardamentos táticos equipamentos e acessório individuais táticos e operacionais, drones, mobiliário e equipamento de informática não só das unidades Policiais das áreas de atuação selecionadas, mas com reforço em unidades de segurança Pública em todo o estado do Piauí.

Considerando uma abordagem qualificada em crimes violentos, a estruturação inicial consiste na equipagem de armamentos com alta capacidade de atuação estratégica e tecnologia para que o aparato policial esteja em condições de superioridade frente a criminalidade. Nas ações futuras pretende-se a melhoria dos equipamentos urbanos de segurança pública nestas mesmas áreas.

6.5 Das Operações a Serem Realizadas.

Conforme Lincoln de Oliveira Lima e Assis Adilson Luís Franco Nassaro³ um modelo eficiente de repressão qualifica é a utilização de “táticas de rede” aquelas dirigidas a prender ou capturar o maior número possível de criminosos em um sistema de cobertura territorial apropriada, conjugado com iniciativas que prestigiem o maior alcance das intervenções policiais proativas.

Constituem exemplos dessas iniciativas: a adoção de bloqueios policiais diários e sistemáticos, aumento do número de abordagens policiais, através de levantamentos prévios, com busca pessoal, operações no modelo “Bares Irregulares” (para fiscalização com grupo de policiais em vários bares da cidade, especialmente aqueles conhecidos como pontos de venda de drogas que se encontram em situação irregular, objetivando também as responsabilizações por infrações administrativas no campo da vigilância sanitária e fiscal), operações “mototáxi” (com abordagem planejada - e conjugada - nos pontos de aglomeração de mototaxistas suspeitos de envolvimento com crime) e várias outras operações possíveis. Pode-se afirmar que todas as táticas que buscam a presença da polícia em uma forma abrangente de ação

³ Estratégias de policiamento preventivo: “indiferença zero”, uma boa experiência de polícia / Lincoln de Oliveira Lima, Adilson Luís Franco Nassaro. Assis: Triunfal Gráfica Triunfal Gráfica e Editora, 2011, 2011

preventiva se encontram no contexto dessa "rede policial".

Importante frisar que para não haver impacto negativo no policiamento ostensivo regular, considerando o contingente atual da polícia Militar e Civil do Estado do Piauí, a escala de agente de segurança pública será convocada mediante pagamento de "gratificação por operações planejadas" na forma do artigo 19-A, §1º da Lei Estadual 5.378/2008 (em anexo), que constitui uma compensação remuneratória de caráter indenizatório por cada turno de trabalho, a correr pelos recursos do Fundo.

Ainda se objetiva, nas operações, a prisão de indivíduos específicos (de identidade conhecida, ou não), o que viabilizará a desarticulação das mínimas organizações criminosas, ou tentativas de fortalecimento dessas ações criminosas que afrontam a regular organização social. O trabalho de inteligência policial, nesse caso, será fundamental para identificar o modo de operação e organização criminosa, para organizar um álbum de fotos dos criminosos "mais procurados", para se antecipar em face das ações criminosas planejadas e, enfim, para concentrar informações que permitam o monitoramento e possível prisão daqueles que se destacam no ambiente local do crime.

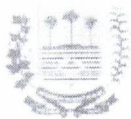
Também, o método envolve o acompanhamento da situação de eventual execução da pena dos conhecidos líderes do crime local que já foram presos (porque, em questão de tempo, voltarão à situação de liberdade). Naturalmente, o sucesso desse trabalho pode vir da união dos esforços entre os setores de inteligência da Polícia Civil e da Polícia Militar, para que trabalhem juntos, na medida do possível, a fim de alcançarem o objetivo comum: a prisão de lideranças do crime na região. Neste esteio, inova-se no atual plano de ação, em comparação ao anterior, a reestruturação do Sistema de inteligência da SSP/PI com a aquisição de servidores de aplicação e storage bem como equipamentos especializados para operações de inteligência.

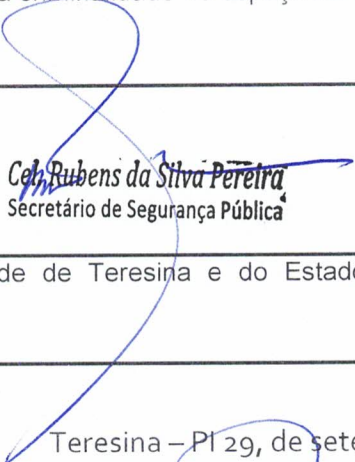
Doutro giro, a preservação da cadeia de custódia das provas e a capacidade de investigação forense da Polícia Técnico Científica também é alvo de ação do presente plano, inovando em relação ao passado, prevendo aquisição de equipamentos capazes de identificar diversas substâncias colhidas como evidências em cenas de crime, bem como reequipagem do Laboratório de Anatomopatologia.

No caso de crimes com grande repercussão é fundamental a concentração de esforços para a prisão rápida dos autores, a fim de acentuar o compromisso da polícia com os cidadãos.

No método adotado se privilegia também o impacto da prisão que desestimulará novas práticas criminosas (efeito preventivo geral), além de interromper

	<p>uma provável sequência de delitos que seriam praticados pelo mesmo autor. Conseguindo-se essa pontual captura, comprova-se a eficiência policial com capacidade de mobilização e pronta resposta, exatamente o que toda a sociedade espera de sua força policial.</p> <p><u>Entretanto para a implantação da doutrina acimada é necessário a capacitação do contingente das forças policiais. Desta forma a SSP/PI intenta a qualificação com oferta de especialização Latu Sensu e capacitação com curso de curta duração de aperfeiçoamento de armamento de tiro e operacional, bem como aquisição de munição de treino.</u></p>
Objetivos	Reduzir os índices que crimes violentos contra o patrimônio nas áreas de atuação da política por meio de ações preventivas e repressivas utilizando-se de policiamento qualificado e reequipando unidades policiais.
Resultados	Redução dos impactos econômicos gerados pela criminalidade violenta; Redução do índice de criminalidade violenta e da letalidade; Redução dos riscos à vida, a saúde e a liberdade individual das pessoas; Melhoria na qualidade de vida das pessoas com a diminuição dos riscos a sua integridade e a seu patrimônio. Aumento da Credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança; Aumento da percepção subjetiva de segurança.
Impactos	Redução de 3% ao ano dos índices de crimes contra o patrimônio de natureza violenta nas regiões de atuação da política pública.
Indicadores e metas	<p>Indicadores:</p> <p>Número de B.O.'s registrados cujo tipo relatado seja de crime contra o patrimônio nas regiões de aplicação da política.</p> <p>"Desaquecimento" do mapa de calor das regiões de aplicação da política.</p> <p>Metas:</p> <p>Redução em 3% ao ano dos índices de registro de crimes contra o patrimônio de</p>



	<p>natureza violenta nas regiões de atuação da política.</p> <p>Desaquecimento de muito alto para alto das regiões de atuação da política com essa classificação no mapa de calor da criminalidade no espaço de 1 ano da implantação da política.</p> <p>Desaquecimento de alto para médio das regiões de atuação da política com essa classificação no mapa de calor da criminalidade no espaço de 1 ano da implantação da política.</p>
Assinatura do Responsável pela Gestão do Fundo	 Cel. Rubens da Silva Pereira Secretário de Segurança Pública
Anexos	Mapa de Calor da Criminalidade de Teresina e do Estado do Piauí (documento reservado)

Teresina – PI 29, de setembro de 2020



Cel. Rubens da Silva Pereira
Secretário de Segurança Pública